

Então, vamos ter o problema do endividamento novamente daqui a alguns anos. A diferença da negociação do Covas em 97 para a do Alckmin agora é que quem mandou esse projeto para o Congresso - é preciso ser dito aqui - foi a Dilma. Ela mandou o 257 e tinha umas coisas gravíssimas. Vou ler um trecho de uma coisa que a Dilma mandou que, meu Deus do céu, se aprovasse assim...

Está escrito aqui: “não conceder aumento de remuneração aos servidores a qualquer título.” Era essa a proposta inicial. Depois a proposta foi alterada pelos congressistas. Várias bancadas e vários deputados trabalharam para alterar.

Mesmo assim, na minha avaliação, continua ruim. Tanto é que a redação que chegou para a Assembleia coloca de forma clara: durante dois anos, sem reajuste para o funcionalismo, sem reajuste das áreas sociais.

Só uma única área fica liberada para ampliar os investimentos. Qual é a área? Obras. Por isso, muita gente que estudou isso aqui, apelidou de “renegociação das empreiteiras”. Por quê? Porque só liberava obra para empreiteira. Contratar funcionário não pode, por dois anos.

Só que a renegociação vai vencer em julho do ano que vem. Se tivermos um governo que queira contratar servidores e investir em Saúde e Educação, vai poder fazer, porque vai vencer o acordo, que já tem validade desde julho do ano passado.

A pergunta que se coloca é a seguinte: toda reunião que vamos aqui, na periferia, no centro, em qualquer lugar do estado de São Paulo, quando você pergunta: “Qual é o maior problema do estado de São Paulo?” A pessoa fala: Segurança, ou Saúde e Educação. Na renegociação, essas três áreas não podem receber novos investimentos.

Só obra. Nem fazer um hospital novo não dá, porque se for fazer hospital, tem que contratar os funcionários para pôr lá dentro.

Está lá, isso é um acordo que já está valendo, que já está com seus efeitos aí, e vamos com os efeitos desse acordo até julho do ano passado. Eu queria colocar agora outra tabela, do volume pago.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Só um aparte.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - Eu cedo o aparte, só eu colocar a outra tabela enquanto V. Exa. faz o aparte. O volume pago nos últimos cinco anos, olha, Giannazi: de 2011 até outubro de 2017, o estado de São Paulo já pagou 54 bilhões de juros.

Sabe qual é o orçamento da Unicamp, a maior e principal universidade do país? É de 3 bilhões por ano. Resolveríamos o problema do ensino superior no Brasil. Transformaríamos o Brasil em um canteiro de ciência - o Brasil inteiro - com 54 bilhões.

Na verdade tem um grande roubo. Claro, o roubo do sonho de milhões de brasileiros, com esse dinheiro que é entregue, de ano a ano, de forma religiosa pelos governos. Eu cedo o aparte para Vossa Excelência.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Primeiramente, quero parabenizá-la pela sua intervenção, com vários dados técnicos, provando que o PL nº 920 representa um verdadeiro ataque às áreas sociais e, sobretudo, aos servidores. Vossa Excelência traz vários dados que dificilmente serão contestados.

Ao mesmo tempo, como V. Exa. está tão concentrado para provar para os deputados da base governista essa maldade, essa perversidade do PL 920, vou responder a provocação do deputado Barros Munhoz. O deputado Barros Munhoz tem que entender que somos do PSOL, V. Exa. e eu. Não somos do PT. Ele tem que cobrar o PT.

O PSOL criticou todas as políticas econômicas dos governos do Lula e da Dilma. Fomos contra a DRU todo o tempo - a Desvinculação das Receitas da União - que sequestrou, que roubou dinheiro da Educação, da Saúde e da Previdência. Fomos contra a política econômica do Fernando Henrique, que foi mantida pelos governos Lula e Dilma.

Fomos coerentes o tempo todo, e somos. Então temos legitimidade para criticar o PL 920. Criticamos a nomeação do Henrique Meirelles - pelo Lula - do Banco Central. Criticamos a Lei de Responsabilidade Fiscal, que o PT criticava no passado. Continuamos criticando até hoje porque ela é uma lei contra os servidores públicos.

Somos coerentes. Criticamos lá atrás e continuamos criticando agora. Só para diferenciar: o PT é uma coisa, o PSOL é outra totalmente diferente. Só para V. Exa. não perder tempo e continuar sua riquíssima explanação.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - Eu agradeço o aparte de V. Exa., deputado Carlos Giannazi. O ponto central aqui é que, a cada dia que passa, o nosso País perde uma oportunidade de pôr fim a essa situação. O que vai acontecer agora? Independentemente da aprovação ou não do PL nº 920, o acordo já tem validade. O acordo já está valendo, o governador já assinou em julho do ano passado.

Nós temos dois anos... Na verdade, falar isso para os servidores é chover no molhado, porque os servidores da Educação estão há três anos sem reposição da inflação. O secretário da Fazenda esteve aqui na Assembleia Legislativa e falou: “esse acordo não vai ter problema em São Paulo, porque aqui estamos abaixo da Lei de Responsabilidade Fiscal em matéria de gasto com o funcionalismo” .

É verdade. Aqui o arrocho é violentamente mais forte do que o acordo propõe, essa é a verdade. Há muitos estados que trabalham no limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, que pagam melhor seus delegados, seus policiais civis, seus professores, sua estrutura burocrática. É só citar os exemplos. São Paulo paga aos servidores públicos, em várias áreas, menos do que vários outros estados da Federação.

O secretário veio à Assembleia Legislativa e disse isso, inclusive expôs isso no telão. Ele falou que, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, São Paulo está bem abaixo em gastos, e é verdade. Nós temos um ajuste, ou seja, um contingenciamento de gasto, um corte de verba em matéria de servidores de áreas sociais muito maior do que prevê esse acordo, então nós teríamos uma folga.

O problema é que não existe hoje, no Governo, vontade de mudar, de fato, a Educação, a Segurança Pública e a Saúde Pública do estado de São Paulo. Então, de fato, o Projeto nº 920, diferentemente do que ocorre em outros estados, não tem um impacto tão grande neste primeiro momento, porque infelizmente, em nosso Estado, o arrocho é muito maior do que previa a negociação da dívida dos estados, o Projeto nº 156 e até o PL nº 257, lá atrás. Esse é um ponto importante.

O segundo ponto, Sr. Presidente, é que, em relação à dívida, nós estamos tendo um problema, porque, se mantivermos o IPCA +4, a tendência de crescimento da dívida vai se manter. Gostaria de concluir pedindo que coloquem na tela o sétimo gráfico. É isto: na renegociação de 1997, se de um lado havia um crescimento da dívida enorme, com GPDI +6, por outro lado foi colocado um gatilho, um teto na dívida. Então, mesmo que a dívida crescesse, São Paulo tinha um limitador de juros, que era 13% da receita corrente líquida. É um termo técnico, mas enfim, era um limitador, um teto. Agora, Sr. Presidente, o teto está desaparecendo. Não vai haver mais os 13% da receita corrente líquida de teto.

Deputado Barros Munhoz, perguntei isso em três ocasiões para o secretário da Fazenda, e em nenhuma das três ocasiões ele respondeu. Está lá: 2011, 6; 2012, 7; 2015, 8. Depois, por conta da renegociação, caiu bastante. O problema é que, a partir de julho do ano que vem, não tem mais teto, e aí nós vamos começar a pagar mais do que o teto.

E então vai haver uma pressão onde? Vocês acham que vão cortar onde?

Na dívida não cortam, porque iria mexer com os endinheirados. Vão apertar o setor mais fraco, as áreas sociais. Mais uma vez, os nossos heróis, os servidores públicos, vão ser chamados a contribuir para queimar dinheiro público no altar das finanças para os endinheirados do País.

Portanto, quero concluir com isto, Sr. Presidente: na verdade, esta é mais uma etapa de um debate que logo à frente virá, enquanto não houver um governador de fato à altura do nosso Estado, que bata na mesa e fale que a dívida de São Paulo é só a inflação, que diga que vamos fazer uma auditoria, chamando a sociedade para acabar com a grande corrupção que acontece em nosso Estado. Muito obrigado.

* * *
- Assume a Presidência o Sr. Cauê Macris.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para falar contra, tem a palavra o nobre deputado Luiz Turco. (Ausente.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins, lembrando que, com as palavras do deputado Marcos Martins, concluímos seis horas de discussão desse projeto.

O SR. MARCOS MARTINS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, espectadores da TV Alesp, pessoas presentes nas galerias, que estão insistindo, com muita justiça, lutando pelos seus direitos, sejam professores, defensores da PEC nº 5 e outros explorados, boa noite. Recebam os meus cumprimentos e a minha solidariedade. Eu vou dividir o meu tempo aqui com o deputado José Zico Prado - depois de mim ele falará.

Estamos aqui hoje nesta noite, tratando, mais uma vez, disso daqui. Cadê a câmera? Focalize essa foto para sair lá na tela, bem grande, o assunto que estamos tratando aqui: “O povo contra o predador”. É isso que está acontecendo neste País. Ordem que vem lá de fora com os países ricos e que o governo já entregou um monte de coisa. Quer entregar o Amazonas, aquela área onde se faz lançamentos de foguetes - Alcântara -, daqui a pouco entregam a água, aliás, nós estamos comprando água engarrafada com nomes de empresas americanas - é brindeadeira compramos a nossa própria água? A Sabesp também já foi para a cucuia, agora é uma holding. Mesmo assim continua faltando água em vários locais da cidade de São Paulo e do estado de São Paulo.

Então, esse é o assunto do qual estamos tratando. Esse golpista, esse predador, esse conspirador, que está aqui é apenas o apêndice do golpe que foi dado e que agora se estende e vem para o estado de São Paulo. O que está acontecendo aqui é exatamente isso.

Na época do golpe de 64, quando os militares tomaram o poder, botava lá os ministros da Fazenda deles e os ministros falavam assim: “tem que crescer o bolo - vocês se lembram - para depois nós dividirmos os recursos”. Não era esse o argumento que era usado? O bolo, o PIB tem que crescer para depois fazer a divisão dos recursos. Esse projetinho aqui é a mesma coisa. “Vote esse projeto porque pode gerar emprego, vai poder dar reajuste, vai poder atender às demandas dos trabalhadores.” O mesmo grupo golpista de 64 é que está aqui novamente: “predadores contra o povo, tirando os direitos do povo”.

Mas quero aqui fazer uma justiça ao deputado Barros Munhoz. O nobre deputado Barros Munhoz fez numa das sessões públicas, uma homenagem ao meu trabalho, de uma vitória que nós tivemos no Supremo Tribunal, numa luta de banimento do amianto no estado de São Paulo e que agora foi estendido para o Brasil inteiro. Esse produto cancerígeno e que nós precisamos retirar de todos os cantos onde houver amianto, a começar pelo que é público. Portugal trocou todos os telhados das escolas públicas e de todos os órgãos públicos portugueses - foram trocados recentemente.

Então, aqui nós precisamos começar a trocar as peças feitas com amianto pelos órgãos públicos, a começar pela Sabesp. A rede de distribuição de água da Sabesp é de amianto. Esses tubos feitos com material cancerígeno levam água para as residências. É e uma tubulação velha, com tempo de vida útil já vencido, estoura em vários locais, um vazamento atrás do outro. Vocês devem ter visto vazamentos. Quem não viu vazamento de água jorrando pela calçada, pelas ruas? Isso significa que é necessário trocar essa rede, não só por conta dos prejuízos do vazamento, mas por que ela tem amianto, que é um produto cancerígeno, banido no Brasil inteiro. São 75 países que já o proibiram. O Brasil é o número 76.

Tenho a honra de ter sido contribuidor, através da lei que aprovamos aqui no estado de São Paulo. E quero agradecer a todos os deputados pelo apoio que recebi, para que ela fosse aprovada, embora com muitos sacrifícios e dificuldades. Mas conseguimos marcar a história do mundo, seguindo nesse rumo do banimento nacional.

Agora, vem a tarefa para a qual peço o apoio de todos os que estão aqui, principalmente daqueles que frequentam órgãos públicos: começar a cobrar pela retirada desse produto cancerígeno. O deputado Barros Munhoz fez esse registro, aqui, numa das sessões, e eu quero agradecer suas palavras e seu reconhecimento.

Agora, gostaria de ceder o restante do meu tempo ao batalhador deputado José Zico Prado, para que ele também possa falar um pouco desse problema tão crônico e complicado que é o PL 920.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, companheiros e companheiras ds galerias, sejam bem-vindos. Quero cumprimentar vocês por estarem aqui até essas horas, junto conosco, lutando por aquilo que vocês acreditam: na PEC no 05 e na retirada desse projeto pelo governador. (Palmas.)

O governador Geraldo Alckmin manda um projeto dessa envergadura pra a Assembleia Legislativa. E eu vi, na audiência pública que fizemos nesta Casa, o líder do Governo chamando esse projeto de burro. Eu achava que o governador iria retirar esse projeto e abrir uma negociação com o funcionalismo público do estado de São Paulo para resolver definitivamente o problema dos funcionários. A maior parte do funcionalismo público deste Estado não tem aumento há no mínimo três anos.

Como é que o Governo ainda pode mandar um projeto de lei proibindo aumentos por mais dois anos? Se depender do Alckmin, não vai haver aumento nunca; podem escrever. Se ele já não dava aumento antes do projeto, imaginem havendo esse projeto para ele se esconder atrás? Não vai haver nunca mais. (Palmas.)

Companheiros e companheiras, estou falando isso para os deputados que acreditam que esse projeto de lei não proíbe dar aumentos. Ele não precisa proibir: o Alckmin já está fazendo isso faz tempo. Se ele tivesse aberto a negociação com as centrais sindicais e movimentos do funcionalismo público, que o deputado Teonílio Barba mencionou aqui, provavelmente não estaríamos aqui discutindo esse projeto hoje. E não haveria o empenho que o Governo tem dado para a aprovação desse projeto.

Nós já vivemos, aqui, esse projeto de lei, quando Fernando Henrique obrigou que todos os estados fizessem a renegociação da dívida. O deputado Raul Marcelo falou disso. Eu estava aqui, deputado, e vi a pressão do governo federal em cima do governo estadual, que forçava o Governo a fazer uma negociação, impostas as condições que Fernando Henrique e os banqueiros queriam. E agora o Alckmin continua fazendo a mesma coisa. Ele está pedindo dois anos.

Nós já pagamos essa dívida, o estado já pagou essa dívida muitas vezes. Nós pagamos essa dívida. Deveríamos estar discutindo aqui não uma restrição ao funcionalismo, mas uma porcentagem de quanto o funcionalismo já perdeu nesses anos todos. Essa era a discussão que deveríamos estar fazendo.

E era isso que eu pensei que o governador faria quando o deputado Barros Munhoz, líder do Governo, chamou esse projeto de burro. Achei que iríamos abrir a negociação, porque foi em uma audiência pública em que a Assembleia Legislativa estava cheia. Não é invenção minha, do PT ou daqueles que discordam do projeto, essa é a negociação que, naquele dia, o deputado Barros Munhoz prometeu ao funcionalismo chamando o projeto de burro.

Essa é a discussão que queremos fazer. Por isso, acho que o deputado Barros Munhoz deveria estar forçando o Governo a não votar o projeto agora, a retirá-lo. Deveríamos estar aqui retirando o projeto. (Palmas.)

O Governo tem essa capacidade de fazer com que os partidos aliados acreditem em sonhos, mas acho que o funcionalismo do estado de São Paulo não deve perdoar aqueles que votarem a favor desse projeto, que é criminoso. (Palmas.)

Já estamos sabendo disso. Vejam os funcionários de todas as categorias do estado de São Paulo. Vou pegar de uma categoria que muitas vezes não é discutida, a Agricultura, os funcionários da Secretaria de Agricultura. Sabem quanto o governador está disponibilizando do orçamento para a Agricultura esse ano? Apenas 0.49 por cento. Não vai dar pra pagar nem os funcionários da Secretaria, quanto mais investir na agricultura do estado de São Paulo.

Esse Governo não tem responsabilidade com os agricultores, com o funcionalismo público, e quem mais precisa são os pobres, os funcionários, porque, se os professores tivessem um salário digno, nós que moramos lá em São Mateus, com certeza, veríamos escolas em outras condições.

Mas os professores não têm incentivo nenhum. Pelo contrário, a cada dia é uma decepção a mais com esse Governo. Então, nós, aqui, precisamos resistir para que o Governo do Estado de São Paulo não vote um projeto dessa envergadura no momento de crise que estamos vivendo no Brasil.

Conversei muito com o Coronel Camilo. Um policial ganha, para ficar na rua, exposto o tempo todo, 2400 reais. Quanto ganha uma professora, um professor? E aí podemos remeter à questão da PEC 05, que abre espaço para aqueles funcionários que, capacitados, possam ganhar aquilo que ganham os profissionais da capacidade deles fora do Brasil. Porque, do contrário, vamos perder todo mundo. (Palmas.)

Essa discussão nós precisamos enfrentar. E é enfrentando essa discussão que quero agradecer ao deputado Marcos Martins por ter me cedido parte do seu tempo e dizer aos senhores que sou metalúrgico, trabalhei muitos anos dentro da fábrica, e sei que nenhum patrão olha para a cara do trabalhador e diz que vai dar aumento. Temos que arrancar isso dos patrões e desse Governo, que é mais do que um patrão, é um ditador para os funcionários públicos estaduais.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - O deputado Campos Machado chamou à atenção da minha fala, dizendo que mencionei os deputados estaduais. Acho que não falei. Se eu falei, foi um equívoco. Dos deputados de Brasília, deputado Campos Machado, tenho dito aqui - e não foi a primeira vez - que foram 296 canalhas que votaram a favor da reforma da Previdência. Que são assaltantes, ladrões do direito do povo brasileiro. Isso eu tenho direito de dizer. Então tirando dos trabalhadores para entregar nas mãos dos empresários. E isso em relação à terceirização, à Previdência que eles querem votar a favor, e em relação à reforma trabalhista. Se eu disse alguma coisa em relação aos deputados estaduais, eu peço que retirem da minha fala, e peço desculpas. Porque pode ter sido na empolgação e na emoção.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, eu estou vindo do Tribunal de Justiça, de uma reunião com o presidente, o desembargador Paulo Dimas, quem nos atendeu muito bem. Foi uma reunião com diversos vereadores e prefeitos de Guarulhos, diversos representantes do Movimento de Moradia. É uma reunião que estava marcada para o final da tarde, mas que acabou agora pouco, e por isso não estava presente no debate do Projeto 920. Tratamos de um problema gravíssimo que está acontecendo na cidade de Guarulhos. A Promotoria Ambiental entrou com mais de 90 processos contra a prefeitura, pedindo a remoção de mais de 60 mil famílias que ocupam área de risco, ou área de proteção ambiental.

Aqueles que conhecem Guarulhos sabem que a cidade teve, ao longo da história, uma ocupação desordenada. E muitas pessoas foram buscando suas alternativas de moradia. A maioria desses processos tem decisão liminar pedindo a remoção das famílias, o que afeta muita gente.

Nós fomos levar o presidente do Tribunal pedindo que procurasse um diálogo, envolvendo o juiz local, a promotoria, a Defensoria Pública, a prefeitura, o movimento de moradia e parlamentares para que buscássemos uma solução, e tranquilizasse as pessoas, os moradores. Do jeito que está não dá para as pessoas ficarem tranquilas, sabendo que podem sair amanhã e não ter para onde ir.

O presidente, que está no final do seu mandato, prontamente não só atendeu, mas deu atenção e assumiu o compromisso de dar encaminhamento. Esperamos que o juiz e a promotoria local tenham a sensibilidade de querer ouvir os demais lados, e não continue com essa medida tão dura e tão violenta contra aquelas famílias. O problema é tão grave que, ainda que sejamos oposição ao governo local, estávamos lá o vereador Edmilson, a vereadora Janete, o vereador José Luiz e a vereadora Genilda, representada. São vereadores do PT, e o prefeito é do PSB, com quem conversei ontem e falei da importância de estar nessa agenda, que nós pedimos.

Esperamos que tenha um desfecho favorável àqueles pessoas. Mas digo a todos os servidores que aqui estão, que a bancada fez e continuará fazendo toda a obstrução possível para que evitemos a aprovação, como disse o deputado Zico, dessa violência contra os servidores públicos do estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Antes, porém, quero lembrar às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados de que foi feito um acordo no dia de ontem, de que seria dado o encerramento após seis horas. Mas, infelizmente, pela primeira vez na história desta Casa, estou vendo que esse acordo não está sendo cumprido, após seis horas de discussão.

Com a palavra o deputado Campos Machado. O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, venho aqui nesse momento para corrigir uma injustiça que eu cometi. Eu sou um político que vem da advocacia criminal. Daí a empolgação de quando em quando. Eu fiz uma injustiça com o deputado Carlos Cezar, líder do Bloco. Ele sempre esteve, em todos os momentos, apoiando a PEC 5.

Quero cumprimentar o deputado Carlos Cezar, porque V. Exa., em nenhum momento, se mostrou contrário à aprovação dessa PEC. Pelo contrário, sempre foi favorável, estando conosco em todas as posições, em todos os momentos, motivo pelo qual lhe peço publicamente desculpas.

Não sou muito disso, mas lhe peço desculpas, porque V. Exa. foi injustiçado por este parlamentar. Quero, portanto, neste momento, agradecer todo o seu apoio, todo o seu empenho, toda a sua ajuda. Foi fundamental para que nós tivéssemos assinaturas suficientes para apresentar, mesmo porque foi o seu comportamento em todas as comissões pelas quais a PEC tramitou.

Desculpe-me, meu amigo, meu irmão, Carlos Cezar. Estamos juntos, nos espinhos e nas flores. (Manifestação nas galerias.).

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo, pelo tempo remanescente da sessão.

Já está sendo contado o tempo. A palavra está com o deputado Coronel Camilo.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, é injusto isso, porque o deputado Coronel Camilo está conversando com o líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Mas o tempo já foi dado, deputado Campos Machado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Mas o deputado Barros Munhoz, líder do Governo, está conversando com ele. Não é justo isso. O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Campos Machado, a palavra está com o deputado Coronel Camilo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu estou conversando realmente com o deputado Coronel Camilo, porque ele talvez não tenha presenciado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Estava presente no acordo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Esse acordo foi feito aqui, publicamente. Foi combinado. Nunca houve, na história da Assembleia Legislativa, algo assim. Eu estou aqui há 30 anos e nunca vi isso, alguém descumprir.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Que eu me lembre, é a primeira vez.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Tivemos brigas homéricas com o PT, tivemos brigas homéricas, e jamais houve isso. Eu estou fazendo um apelo ao deputado Coronel Camilo, porque isso vai desmoralizar o instituto do acordo, não vai valer mais nada.

O deputado Campos Machado sabe que esse acordo foi feito, ele participou da celebração do acordo. Eu fui convencido a aceitar. O PT está aqui. Nunca fez isso, apesar de todas as restrições que tem aos projetos.

Eu faço um apelo.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Barros Munhoz, eu quero, inclusive, me penitenciar, porque eu fui fiador desse acordo. Vossa Excelência era contra o acordo, com vários líderes aqui. Eu fui fiador desse acordo, e digo que, pela primeira vez, estou assistindo por parte de alguns o descumprimento de um acordo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Deputado Coronel Camilo, eu peço, por tudo que V. Exa. representa, não faça isso, por favor.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - O deputado Coronel Camilo é compreensivo, mas ele não pode ser crucificado. Eu não gostaria de falar em acordo, porque tem muita gente aqui que não cumpre acordos.

Descumprimento de acordos é o que mais acontece nesta Casa. (Manifestação nas galerias.) Eu gostaria que nós não crucificássemos o deputado Coronel Camilo.

Deputado Coronel Camilo, vamos aceitar esse apelo coletivo. Amanhã V. Exa. fala, e nós temos assuntos mais sérios do que este para tratar. Eu peço, humildemente, para que V. Exa. faça isso, em nome dos compromissos que nós temos com outros projetos.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Quero fazer um registro aqui e me penitenciar. Realmente, houve o acordo. Fui fiador do acordo, mas o deputado Coronel Camilo tem toda a legitimidade regimental para utilizar da palavra. Eu preciso, pelo menos, deixar claro aqui que é legítimo, e ele tem o direito, como deputado, de utilizar a palavra.

A palavra está com o deputado Coronel Camilo.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, eu queria deixar bem claro aqui que eu não estava presente exatamente naquele momento do acordo.

Vou respeitar o acordo que foi feito pelos líderes desta Casa, não pelo Governo, e não pela forma impositiva como estão sendo conduzidos os trabalhos nesta Casa. Em respeito aos senhores líderes, eu deixo a minha fala para amanhã.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para discutir a favor, tem a palavra o nobre deputado Marco Vinholi. (Sua Excelência desiste da palavra.) Para discutir a favor, tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Sua Excelência desiste da palavra.) Para discutir a favor, tem a palavra a nobre deputada Marta Costa. (Sua Excelência desiste da palavra.) Para discutir contra, tem a palavra o nobre deputado Geraldo Cruz. (Ausente.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada. (Ausente.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Ausente.)

Não havendo mais oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação.

Há sobre a mesa emenda aglutinativa com número regimental de assinaturas dos senhores líderes.

Esta Presidência consulta se os líderes presentes concordam em dar conhecimento e colocar em votação a emenda aglutinativa.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Não.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não havendo acordo entre as lideranças, esta Presidência adia a votação da matéria por um dia fazendo publicar o texto resultante da fusão dos termos do Art. 175, §1º, do Regimento Interno.

Esta Presidência altera o objeto da segunda sessão extraordinária na seguinte conformidade: PL 921/17, de autoria do senhor governador.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, quando V. Exa. fez a primeira convocação das extras, o PL 921 não se encontrava.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não se encontrava.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Vossa Excelência está alterando a segunda extra.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência está alterando, uma vez que o 920 não tem condições de ser votado, para o 921.

Esgotado o objeto da presente sessão esta Presidência dá por encerrados os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

* * *
- Encerra-se a sessão às 21 horas e 40 minutos.

13 DE DEZEMBRO DE 2017

61ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: CAUÊ MACRIS

RESUMO
<p>ORDEM DO DIA</p> <p>1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 921/17.</p> <p>2 - CARLOS GIANNAZI Para comunicação, anuncia a presença dos alunos e professores da Escola de Música Tom Jobim. Informa que foi realizada audiência pública com o objetivo de pleitear o aumento do Orçamento para que a escola continue a funcionar. Agradece a presença de todos nesta Casa.</p>